

PLANO DE ENSINO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Disciplina: Previdência privada complementar, risco e seguros

Professor: Eduardo Rocha Dias

Créditos: 03 (três)

Carga Horária: 45 h/a

E-mail: eduardorochadias@unifor.br

2. SÍNTESE DE IDENTIFICAÇÃO

Possui graduação pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (1992), mestrado em Direito - Ordem Jurídica e Constitucional - pela Universidade Federal do Ceará (1997) e Doutorado em Direito pela Universidade de Lisboa (2007). Concluiu em 2022 estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Atualmente é Procurador Federal - categoria especial - da Advocacia-Geral da União e Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Fortaleza. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo e Direito Previdenciário e da Seguridade Social, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos fundamentais, previdência social, previdência do servidor público, administração pública e restrições a direitos, previdência privada e direito à saúde, sob as vertentes pública e privada. Integra o Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos sobre Direito do Trabalho e da Seguridade Social - NEDTS, na Universidade de Fortaleza, e também o GENTE-Grupo de Estudos e Pesquisa em Seguridade Social, Trabalho Decente e Desenvolvimento.

3. OBJETIVO

A disciplina objetiva o estudo dos riscos na sociedade contemporânea e como a técnica securitária e a previdência privada complementar oferecem proteção em face de suas consequências.

4. EMENTA

4.1 Risco na sociedade contemporânea e conceito de risco no contrato de seguros. Histórico. 4.2 Contrato de seguros. Seguros de danos. Seguros de pessoas. 4.3 Regulação, fiscalização e princípios. Inteligência artificial e seguros. 4.4 Resseguros. 4.5 Planos de saúde privados e contrato de seguro-saúde. 4.6 A Previdência Privada Complementar na Constituição. Histórico. Modelos no Direito Comparado. 4.7 Inserção na Seguridade Social. Previdência Privada Fechada e Previdência Privada Aberta. 4.8 Relação Jurídica de

Previdência Privada: características, sujeitos, objeto. 4.9 Planos de benefícios. Incidência do Código de Defesa do Consumidor na Relação Jurídica de Previdência Privada. Inteligência artificial na previdência complementar. 4.10 Competência jurisdicional em matéria de Previdência Privada. 4.11 O papel do Estado na Previdência Privada. Fiscalização, intervenção e liquidação extrajudicial. Regime disciplinar e responsabilidade dos gestores.

5. PROGRAMA

	CONTEÚDO DAS AULAS	DATA
1	Conceito de risco e contrato de seguro. A sociedade de risco. Histórico da proteção securitária.	
2	Contrato de seguros. Objeto. Sujeitos. Seguros de danos. Seguros de pessoas.	
3	A regulação estatal do contrato de seguros. A SUSEP. A fiscalização estatal. Princípios. Inteligência artificial e o contrato de seguro. O resseguro	
4	Planos de saúde privados e contrato de seguro-saúde	
5	Os novos riscos e o papel do contrato de seguro. O seguro ambiental. Os fundos garantidores. As novas tecnologias e as insurtechs.	
6	Conceito de Previdência Privada Complementar. A Previdência Privada Complementar na Constituição. Inserção na Seguridade Social. A previdência complementar dos servidores titulares de cargos efetivos	
7	Histórico e exame do Direito Comparado. A Lei 6.435/1977 e as Leis Complementares 108 e 109, de 2001.	
8	Relação jurídica de Previdência Privada Fechada. Formação. Sujeitos. Instituição e patrocínio. Adesão a entidade e a plano de Previdência Complementar. Execução do contrato. A inteligência artificial na previdência privada complementar	
9	Direitos e obrigações dos sujeitos da relação jurídica. Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor. Objeto. Os Planos de Benefícios. Contribuição Definida e Benefício Definido. Portabilidade, vesting, resgate e autopatrocínio. Plano de custeio e	

	contribuições	
10	O contrato de previdência privada fechada.	
11	A gestão das entidades de previdência privada fechada. Órgãos da entidade. Controle de riscos.	
12	Fiscalização, intervenção, liquidação extrajudicial e responsabilidade dos gestores.	
13	A Previdência Privada Aberta. Relação Jurídica. Sujeitos. Os Planos de Benefícios. Planos individuais e coletivos. Portabilidade e resgate. Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor. Gestão das entidades de previdência privada abertas. Fiscalização, intervenção, liquidação extrajudicial e responsabilidade dos gestores	
14	Competência jurisdicional em matéria de Previdência Privada. O papel do Estado na Previdência Privada. Regulação e fiscalização. Conselho Nacional de Previdência Complementar e a PREVIC (Lei 12.154/2009). Conselho Nacional de Seguros Privados e a SUSEP	
15	Apresentações	

6. METODOLOGIA:

Exposição de temas em seminários a partir de textos distribuídos pelo professor a cada aluno e discussão em sala dos assuntos tratados em cada um. Além de exposição, haverá discussão sobre cada tema, a partir da consulta às obras disponibilizadas, constantes da biblioteca física e digital. Encontra-se também prevista a participação de professores convidados, bem como o estudo de casos e debates para o aprofundamento de temas do conteúdo programático.

7. AVALIAÇÃO

7.1. Artigo (8 pontos)

O artigo consiste na redação de texto que deve ter entre 15 e 25 páginas e ser inédito e obedecer às regras da ABNT

Deve incluir, no mínimo, 10 referências de obras de doutrina.

Recomenda-se não fundamentar o trabalho em manuais de Direito, jornais, blogs ou qualquer outra fonte não científica ou não correspondente ao nível da pós-graduação stricto sensu.

Os trabalhos devem ser enviados ao e-mail eduardorochadias@unifor.br no formato WORD

O prazo de entrega será definido em sala de aula

7.2 Apresentação (2 pontos)

As **apresentações** terão uma duração máxima de 20 minutos, mais 5 minutos para perguntas. O aluno poderá utilizar os recursos didáticos que achar necessários (*data-show*, nota de aula para entregar aos colegas etc.). As apresentações serão realizadas ao longo do semestre.

7.3 Critérios de avaliação

- Tema diretamente relacionado à disciplina;
- Nível de aprofundamento compatível com curso de pós-graduação stricto sensu;
- Citação de no mínimo 10 textos de doutrina (livros, capítulos de livros ou artigos científicos). Recomenda-se fortemente não citar textos direcionados à graduação (manuais, cursos etc.) ou não científicos (notícias, textos publicados em blogs ou em revistas não científicas etc.);
- Obediência às regras da ABNT;

7.4 Frequência obrigatória 75%

O aluno pode faltar no máximo 3 aulas

8. BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, Maria da Glória Chagas. A previdência privada aberta como relação de consumo. São Paulo: LTr, 2004.

BECK, Ulrich. La sociedad del riesgo. Hacia una nueva modernidad. Barcelona: Paidós, 1998.

BRANDALISE, Anne Pinto. LEITE, Elaine da Silveira. A valorização do meio ambiente: da proteção aos seguros ambientais. Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 18 - Nº 43 - Set./Dez. de 2019, p. 108-135.

CAHALI, Francisco José e DE BIAZI, Danielle Portugal. Previdência privada: a boa-fé objetiva e a função social como filtro nos contratos relacionais. Revista da Faculdade de Direito — UFPR. Curitiba, vol. 65, n. 1, jan/abr 2020, p. 101-126.

CASSA, Ivy. Contrato de Previdência Privada. São Paulo: MP Editora, 2009.

CAZETTA, Luís Carlos. Previdência privada: o regime jurídico das entidades fechadas. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2006.

CORDEIRO, António Menezes. Direito dos seguros. Coimbra: Almedina, 2017.

COSTA, Eliane Romeiro. Previdência complementar na seguridade social: o risco velhice e a idade para a aposentadoria. São Paulo: LTr, 2003.

CUSTÓDIO, Elaine Cristina Pereira. Aplicações de inteligência artificial em entidades fechadas de previdência complementar. Trabalho de conclusão de curso (Graduação). Universidade Federal do Ceará — UFC. Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade. Curso de Ciências Atuariais. 2021.

DIAS, Eduardo Rocha. LIMA, Suzyane Moura. CAXILÉ, Tiago Damasceno. Compliance e os fundos de pensão: Melhores práticas e segurança jurídica. *Revista Chilena De Derecho Del Trabajo Y De La Seguridad Social*, 12(24), 2021, p. 141—162.
<https://doi.org/10.5354/0719-7551.2021.57254>.

DIAS, Eduardo Rocha. MACÊDO, José Leandro Monteiro de. Direito Previdenciário. Leme-SP, Mizuno, 2023.

DIAS, Eduardo Rocha. PEREIRA, Kalyl Lamarck Silvério. O teto de reajuste de 15,5% para planos de saúde em 2022: implicações legais e impactos sociais da atuação da ANS. **Revista da AJURIS - Qualis A2**, [S. l.], v. 51, n. 157, p. 101—128, 2025. Disponível em: <https://revistadaajuris.ajuris.org.br/index.php/REVAJURIS/article/view/1485>.

DIAS, Eduardo Rocha. GOMES, Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira. BRANCO, Aurineide Monteiro Castelo. Proteção da pessoa idosa e reajustes de plano de saúde a partir das decisões dos tribunais superiores. *Revista Direito UNIFACS — Debate Virtual*, n. 295 (2025), p. 1-22. Disponível em [PROTEÇÃO DA PESSOA IDOSA E REAJUSTES DE PLANO DE SAÚDE À PARTIR DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES | Rocha Dias | Direito UNIFACS — Debate Virtual - Qualis A2 em Direito](#).

FACHIN, Luiz Edson. Contrato de seguro de vida e o agravamento do risco. *Revista Brasileira de Direito Civil*, v. 3, n.1, jan/mar de 2015, p. 83-112.

FIGUEIREDO, Leonardo Viseu. Curso de Direito de Saúde Suplementar — Manual Jurídico de Planos e Seguros de Saúde. 2ª Edição. Gen/Forense: Rio de Janeiro, 2012.

FORIGO, Camila Rodrigues. MOTTA, Carolina Elisabete Puehringer Miguez de Senna. Da possibilidade de cobrança de prêmio unissex nos contratos de seguros automotivos: uma análise comparada a partir da proibição de discriminação por gênero na União Européia. *Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte*, n. 68, pp. 191-219, jan./jun. 2016.

KONDER, Carlos Nelson. Direitos fundamentais e relações privadas: o exemplo da distinção por gênero nos planos de previdência complementar. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v. 99, n. 18, p.47-65, set. 2016.

LEITÃO, André Studart. DIAS, Eduardo Rocha. OLIVEIRA, Ana Paula Pereira de. Função protetiva de renda da previdência privada e sua utilidade como instrumento de planejamento sucessório. *Revista de Direito Civil Contemporâneo — RDCC*, vol. 42, Ano 12, p. 429-451. São Paulo: RT, jan.-mar. 2025.

MACHADO, André Luiz Sienkiewicz. DIAS, Eduardo Rocha. Seguro garantia judicial e proteção efetiva do crédito trabalhista: proposta de modelo securitário dinâmico e flexível. *Revista Meritum*, Belo Horizonte, vol. 15, n. 3, p. 323-347, Set./Dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.46560/meritum.v15i3.8058>.

MIRAGEM, Bruno. O direito dos seguros no sistema jurídico brasileiro: uma introdução. In MIRAGEM, Bruno. CARLINI, Angélica (Org). *Direito dos seguros — Fundamentos de Direito Civil, Direito Empresarial e Direito do Consumidor*. São Paulo: RT, 2014.

MIRAGEM, Bruno. A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018) e o direito do consumidor. *Revista dos Tribunais*, vol. 1009/2019, nov. 2019.

MIRAGEM, Bruno. PETERSEN, Luiza. O contrato de seguro e a Lei Geral de Proteção de Dados. *Revista dos Tribunais*, vol. 2018/2020, ago. 2020.

MIRAGEM, Bruno. PETERSEN, Luiza. Seguro e inteligência artificial: novo paradigma tecnológico e seus reflexos na causa e na estrutura do contrato de seguro. In *O direito civil na era da inteligência artificial*. Rodrigo da Guia Silva e Gustavo Tepedino coordenadores. -- 1. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

MOREAU, Pierre. *Responsabilidade Jurídica na Previdência Complementar — responsabilidade na gestão dos recursos garantidores*. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

NOVAIS, Jorge Reis. *Direitos Sociais — Teoria Jurídica dos Direitos Sociais enquanto Direitos Fundamentais*. Lisboa: AAFDL, 2ª Edição, 2021.

ORTIZ, Isabel. DURÁN-VALVERDE Fabio. URBAN, Stefan. WODSAK, Veronika. YU, Zhiming. *Reversing Pension Privatization: Rebuilding public pension systems in Eastern European and Latin American countries (2000-18)*. Social Protection Department. International Labour Office: Geneva. 2019.

PÉREZ, Enrique Jonathan. *Insurtech: o impacto das ferramentas disruptivas no setor de seguros*. Trabalho de conclusão de curso. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas do Departamento de Ciências Atuariais da Universidade Federal de Alfenas. Varginha. 2019. Disponível em <https://www.unifal-mg.edu.br/lar/system/files/imce/VERS%C3%83O%20FINAL%20%20TCC%20JONATHAN%20PEREZ.pdf>

PÓVOAS, Manuel Sebastião Soares. Previdência Privada. Filosofia, Fundamentos Técnicos, Conceituação Jurídica. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

RIBEIRO, Amadeu Carvalhaes. Direito de Seguros: resseguro, seguro direto e distribuição de serviços. São Paulo: Atlas, 2006.

SCHULMAN, Gabriel. BÜRGER, Marcelo Luiz Francisco de Macedo. Primeiras reflexões sobre a nova lei dos contratos de seguros e o Direito de Danos. Migalhas de Responsabilidade Civil. 26 de novembro de 2024.

SUNSTEIN, Cass. Para além do princípio da precaução. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 259, p. 11-71, jan./abr. 2012.

VILLELA, José Corrêa (organizador); CORREIA, Marcus Orione Gonçalves (coordenador). Previdência privada: doutrina e comentários à lei complementar n. 109/2001. São Paulo: LTr, 2004.

WANG, Daniel Wei Liang. OLIVEIRA, Bruno da Cunha de. SOUZA, Jacqueline Leite de. ARANTES, Luísa Bollafi. MIZIARA, Nathália Molleis. Revisão judicial dos reajustes de planos de saúde no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: entre a livre negociação e a regulação de preço. Revista Direito Público, Brasília, Vol.21, n. 110, 367-394, abr/jun. 2024.

WORLD ECONOMIC FORUM. The Global Risks Report 2025. Genebra, 2025.